

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 072

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE MAIO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cleiton Kielse e Moysés Leônidas.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 11/2001, item 21, ressalvada a discussão e votação do item 01, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Na sessão de hoje, no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, teremos a presença do Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, o qual fará exposição e argumentação técnica do desempenho monetário e físico para as metas fiscais do Poder Executivo.

Convidamos o Secretário Miguel Salomão a participação da nossa Sessão Ordinária.

Com a palavra o nosso Secretário, doutor Miguel Salomão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito obrigado, presidente da Assembléia Legislativa Deputado Hermas Brandão, senhores deputados que compõem a Mesa, senhores deputados no plenário.

Eu já disse da outra vez, que sempre venho ao Poder Legislativo como alguém que vem a uma Casa amiga e protetora, porque é a Casa da democracia, é a Casa aonde os debates das idéias constitui um postulado. Esse postulado me agrada muito, porque garante a liberdade e garante o exercício dos direitos.

Venho aqui para cumprir a missão prevista no artigo 9º, parágrafo IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que determina que o Poder Executivo comparecerá, no mês de maio, ao Poder Legislativo, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, quer na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quer na própria Lei Orçamentária Anual. Esse prazo que se encerra dia 31 de maio, coincide também com outro prazo muito importante, que é do artigo 54, da lei que determina que todos Poderes, aí o próprio Poder Legislativo passa a ser submetido a essa injunção.

O artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que até o final de maio, todos os titulares de Poderes, O Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembléia Legislativa, o governador do Estado e o titular, o chefe do Ministério Público, deverão emitir o relatório de gestão fiscal.

Este relatório está presentemente sendo reunido na Secretaria da Fazenda e o último dia previsto, dia 31 de maio, o Diário Oficial do Estado, então publicará o relatório de gestão fiscal assinado pelos titulares e pelo chefe do Ministério Público em companhia dos seus responsáveis pela administração financeira de cada poder, e esse relatório se expressa em modelos padronizados pela portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria nº 470.

Ou seja, o País todo, agora, tem regras uniformes para demonstrar que a responsabilidade fiscal está sendo cumprida, está sendo exercida.

Eu gostaria, antes de entrar em números do quadri-mestre, de reforçar alguns conceitos que acho fundamentais para uniformizarmos nossa memória, em relação ao que a Lei de Responsabilidade Fiscal criou no País. Na verdade, ela criou uma grande mudança de mentalidade, alguns conceitos inovadores, que de um lado podem tirar o sono do administrador público, mas de outro, tranquilizam e confortam o bom administrador público. Porque a lei tem, basicamente, três fundamentos filosóficos fundamentais.

O primeiro princípio da lei, e esta é a razão pela qual estamos aqui, é o da Transparência na Gestão Pública. Daí a imposição de que estes relatórios de gestão fiscal, que serão publicados no Diário Oficial do dia 31, estejam na Internet, disponíveis para toda população, para que ela possa tomar conhecimento, opinar e enfim, contrapor sua posição em relação à política executada.

O segundo princípio importante que a lei introduz, porque a transparência gera um dever que a Lei nº 4320 estabelecia, só que não com esta firmeza, foi copiado de um princípio que veio, na verdade, da Lei de Orçamento dos Estados Unidos, de 1992, que é o chamado Princípio da...”A palavra em inglês é “sequestration”; e em português, falar em sequestrar dá idéia de outra coisa. É o princípio que diz o seguinte: se não for cumprida pela governante, a meta, ele sofrerá algum tipo de seqüestro de recursos. Então, no caso de um Estado que não cumpre suas metas, a União estará obrigada a cortar o repasse de verbas voluntárias, aquelas verbas que não são constitucionais, não é o Fundo de Participação, não é o repasse de verbas obrigatórias que a Constituição determina. Mas, as transferências voluntárias que o orçamento da União prevê para os Estados, não poderá se fazer se os Estados não cumprirem as metas. Portanto, este Princípio do Seqüestro dos Recursos, que a rigor o estado ou os municípios teriam direito e que, por não cumprimento da lei, não terá.

O terceiro princípio e o mais importante - me parece, foi copiado do Acordo que deu origem à União Européia, no Tratado de Maastricht, é o chamado Princípio da Convergência. O que é que significa? O que aconteceu no Tratado de Maastricht? Países tão diferentes quanto Portugal, Espanha e Grécia, teriam que adotar políticas macro econômicas típicas de Alemanha, França ou Inglaterra. E não se muda, do dia para a noite, o déficit público; não se muda do dia para a noite o nível de endividamento, em relação ao PIB, não se muda do dia para a noite as taxas de juros, as taxas de câmbio. Então, os europeus, reunidos em Maastricht, tiveram a sabedoria de dizer o seguinte: nós não somos obrigado a ser iguais do dia para a noite. Mas, nós temos que estabelecer metas de convergência. E temos que punir, não pelo fato de um País ter números diferentes do outro, mas, pelo fato de o País não estar caminhando para a meta de convergência estabelecida.

Na nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, este Princípio da Convergência está muito claro no artigo 70

da lei, que se refere a gastos com pessoal, diz que a despesa de pessoal apurada no ano anterior ao ano da lei, que é o ano de 1999, deverá ter qualquer excesso acima de 60% corrigidos nos dois anos subsequentes da lei. Portanto, se em 1999 gastávamos com pessoal, 72,6%, deveremos em 2001 e 2002, eliminar esse excesso. Essa é a regra.

Mas uma coisa é clara para todos nós. A primeira meta - arrecadação. Se o Estado não arrecada aquilo que está previsto, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que os empenhos sejam suspensos, que se faça o corte - nos 30 dias subsequentes, da capacidade de empenho que ficou comprometida pela queda da receita e que cada titular de Poder, solitariamente, responde, perante a lei e perante, portanto, o Ministério Público, ao Tribunal de Contas, pelo descumprimento dessa ordem de cortar os empenhos quando a arrecadação cair.

Por isso que o ponto nº 1 que temos que analisar é como que vai a arrecadação. E, agora, me perdoem falar um pouco de economia. Mas os impostos que nós arrecadamos são todos *ad valorem*. O que significa isso? É um percentual do preço das coisas, o ICMS é um percentual do preço das mercadorias. O IPVA é um percentual sobre o valor do automóvel. Então, se a nossa receita tributária é uma fatia do PIB, é uma fatia dos preços. O PIB de um país é a soma de todos os preços de tudo que foi vendido e pago, comercializado no ano. Então, se o imposto é sobre preço e o PIB é o preço multiplicado pela quantidade, tenho que pôr um olho muito grande no PIB. O PIB está caindo ou está subindo?

Se o PIB estiver caindo não devo nem sonhar com aumento de arrecadação, a menos que eu queira fazer confisco da riqueza passada. Se eu quiser criar um imposto sobre herança e fortunas, um imposto sobre o patrimônio, ou seja, sobre o PIB de anos passados, aí tudo bem. Posso, mesmo com o PIB deste ano caindo, aumentar a arrecadação porque estou confiscando uma parte daquilo que as pessoas guardaram dos PIB's de anos anteriores.

Bem, felizmente, a projeção do PIB para o 1º quadrimestre deste ano se confirmou. O Paraná viveu de janeiro a abril um período econômico muito bom, tivemos uma super safra de grãos, tivemos um período bastante bom de exportações. As exportações, principalmente de automóveis, cresceram de forma extraordinária. De outro lado, o nível da atividade econômica como um todo no país, foi beneficiado por aquela queda de juros. Sabemos muito bem que não há nada que esfrie mais a economia do que a alta de juros. E essa é uma variável que nós não controlamos. A partir de maio, agora, temos uma nova realidade, que já vou comentar daqui a pouco de que maneira afeta o país ou afeta o Paraná e a nossa meta fiscal de arrecadação.

Mas o fato é que, de janeiro a abril, realmente foi possível ver a confirmação daquilo que a meta fiscal, que deu origem ao Orçamento, estabelecia.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Gostaria de perguntar à Mesa, visto que é a primeira vez que aqui na Assembléia Legislativa ocorre isso, dado que é a primeira vez que o Estado se obriga a comparecer para falar sobre a movimentação financeira, no que aplicou, quanto arrecadou.

Penso que é exatamente nisso que queremos ocupar o nosso tempo, para buscar os números e os fatos. Investimentos feitos, despesa e tal.

Queria perguntar, senhor presidente: em que hora será permitido os deputados fazerem as perguntas ao representante do Governo do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Logo após a explanação.

O SR. NEIVO BERARDIN

No entanto, quero lembrar a Vossa Excelência que o tempo não pode se esgotar até que os deputados tenham razões para formular perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ele está no Pequeno e Grande Expedientes e com toda certeza o secretário, em meia hora deve terminar a explanação dele.

O SR. NEIVO BERARDIN

A pergunta que faço a Vossa Excelência é se o tempo se esgotará enquanto os deputados têm pergunta ou só o Pequeno e o Grande Expedientes?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em princípio é o Pequeno e o Grande Expedientes, mas nós podemos até avançar alguns minutos a mais, sem problema nenhum.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, primeiramente quero cumprir o Secretário Miguel Salomão e desejar-lhe as boas-vindas, aqui, na Casa.

A pergunta que faço à Mesa é a seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o governo venha prestar à Casa as informações da movimentação fiscal do Estado - estou com a lei na mão e não pude ainda verificar esse parágrafo, vou ler agora, mas quero saber se a Mesa pode me responder. A lei determina que tem que ser no dia 30 a presença do Governo, 30 de maio, ou após a publicação dos balancetes do Governo no dia 31 de maio?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu, não posso responder, mas pelo que entendo é até dia 30 que ele deve fazer a explanação.

E é o que o Governo está fazendo.

O SR. NEREU MOURA

Seria de bom alvitre, que nós tivéssemos os balancetes nas mãos, para que pudéssemos até questionar o

secretário, indagar a respeito dos números, porque senão, vai ficar a sua palavra, sem que possamos questioná-lo, porque não temos número nenhum, não temos balancetes, não temos dados para que possamos fazer as perguntas que possam esclarecer. Então, daí é que eu formulei a pergunta à Mesa, para saber se o dia trinta é o prazo legal, ou se poderia ser no mês de junho, no início do mês de junho, a presença do secretário, aqui, na Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, mais uma questão se me permite. É público que estou analisando as contas do Governo desde 1991 até 1999. No entanto, a Casa ainda não recebeu as contas do ano 2000. Sendo assim, as perguntas que vou fazer ao secretário são de 99 a 95, que é no Governo. Tenho aqui algumas perguntas que ele poderá responder, porque, evidentemente, foi secretário da Fazenda e tal. Só que as contas do ano 2000 não chegaram ainda na Assembléia Legislativa. Talvez fosse importante que Vossa Excelência determinasse ao Tribunal de Contas que nos remetesse, até porque elas estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Infelizmente, Deputado Neivo, pelo que entendemos, salvo outro juízo, as contas foram encaminhadas para o Tribunal de Contas e ele tem o prazo para que possa remeter depois à Assembléia, as contas referentes ao exercício anterior e deve estar dentro do prazo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Veja, senhor presidente, pedi pela ordem para que possamos estabelecer um ritual desta prestação de contas.

Primeiro, quero conceder os meus respeitos ao secretário pela sua presença aqui.

Na verdade, a Assembléia Legislativa deve à população do Paraná um rito desta prestação de contas. Apresentei projeto de lei à esta Casa, e é evidente que como projetos de lei envolvem Governo do Estado, não há interesse do seu andamento célere, que resolveria, em grande parte, o ritual desta tarde, extremamente importante para democracia. Sobre tudo para aqueles que discursam em favor da Lei de Responsabilidade Fiscal, como nós do PT, que apoiamos 90% das teses da Lei de Responsabilidade Fiscal, combatemos 10%, sobretudo aquelas teses que impedem o investimento social, mas permitem o pagamento de dívida.

Senhor presidente, gostaria então de saber da Mesa qual vai ser o ritual, porque quero garantia, de acordo como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, de termos todas as informações de absoluta transparência. Porque o princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência para a sociedade, que o princípio entende que a sociedade tem essa função para coibir excesso da administração pública, o peso da opinião pública ajuda muito neste sentido.

Então, eu gostaria de saber do ritual: terei garantias, por exemplo, de formular três perguntas? Dez minu-

tos para questionamentos? Enfim, a mesa tinha que estabelecer esse ritual, sob pena de chegarmos a um vazio de decisões, logo após a explanação do secretário, que obviamente beneficia o governo.

Por várias vezes aqui foi falado, senhor presidente, que teríamos as contas do governo pela Internet e até agora não tem nada na Internet. Acabamos de consultar a Internet, informação sobre isso não tem. Não temos nenhuma prestação de contas em mãos para fazer as contra-razões e o que nós temos, conforme falou o Deputado Neivo Beraldin, são as informações anteriores.

Então, essa prestação de contas, tem que ser viva, tem que ser dinâmica e ativa, ela não pode ser passiva de uma informação genérica por um secretário. E, aliás, cobra, de Vossa Excelência a presença do mandatário maior do Estado do Paraná que devia estar prestando contas, como acontece no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, ontem em Londrina, como acontece em São Paulo; é o chefe do Poder Executivo que presta as contas. Falta aí a presença do Governador Jaime Lerner ou ele não está preparado para isso.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós só queremos lembrar aos senhores deputados que o nosso secretário ainda não fez a sua explanação, ele só pediu licença para poder munir-se de documentos para que pudesse fazer a sua explanação e no final ele será questionado.

Só queremos lembrar aos senhores deputados que não é uma prestação de contas, na tarde de hoje.

(Tumulto no Plenário)

O SR. IRINEU COLOMBO

Se não for prestação de contas, o governador tem que vir.

A Lei de Responsabilidade até o último dia deste mês, dia 31, portanto, tem que prestar contas. Se não for prestação de contas, vamos convocar o governador.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É uma prestação de contas referente à execução orçamentária do cumprimento das metas do governo.

(Tumulto no Plenário)

Vou citar o § 4º, do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz o seguinte, deputado: “Até o final do mês de maio, setembro, e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas físicas de cada quadrimestre, metas físicas, em audiência pública, na Comissão referida no § 1º, do artigo 166, da Constituição ou equivalentes das Casas Legislativas Estaduais e Municipais”.

Então, não é uma prestação de contas do Governo do Estado, apenas para o cumprimento das metas físicas.

Pela Ordem, o Deputado Hermes Fonseca, e depois o Deputado Marcos Isfer.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, fica extremamente difícil para nós, deputados, acompanharmos até o discurso do secretário ou a sua fala, porque assim vamos cair num vazio, como caímos quando veio aqui o Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, que trouxe uma pilha de documentos: ele sozinho manuseou, sem que a Casa tivesse um conhecimento prévio. Portanto, não há como debatermos com o secretário, se nós não temos a planilha de execução orçamentária, como é que vamos poder discutir com o secretário a respeito disso?

Então, é nesse sentido que eu espero que a Presidência acate esse pedido, porque senão é impossível: o senhor secretário vai falar, com todo o respeito vamos ouvi-lo, mas, no entanto, nós não temos como depois debater.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Hermes, como nós, infelizmente, não temos a presença de todo esse material, depois de publicado a Assembleia Legislativa poderá convidá-lo ou convocar o secretário para que seja, então, questionado pela Assembleia Legislativa.

Com a palavra o Deputado Marcos Isfer, pela ordem.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, está na nova Lei de Responsabilidade Fiscal a necessidade de que haja essa audiência pública. Essa audiência pública deve se revestir da maior transparência, justamente para que se possa tomar conhecimento da execução da meta física, e que não deixa de ser uma meta orçamentária. Por exemplo, nós não podemos mais cometer, como cometemos nesta Casa ao apreciar as contas de 1999, descobrimos que o governo aplicou apenas 70% na área social daquilo que estava previsto em seu orçamento. Nós temos números que não podem ser ultrapassados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por exemplo: serviço de terceiros, eles têm um percentual básico que deve ser cumprido dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ora, se não temos esses números, se não temos nenhum quadro, se não temos nenhum quadro, se não temos nada para acompanhar os números fica muito difícil ao secretário, mas fica muito mais difícil aos senhores deputados acompanharem esta prestação de contas, mesmo que seja de metas físicas.

Parece-me, senhor presidente, que há necessidade, é a primeira vez que se executa isso, mas passa a ser uma norma pela Lei de Responsabilidade. Parece-me que há necessidade de melhor preparo para esse tipo de discussão, porque senão, realmente, vamos ficar discutindo no vazio. Nós não podemos saber, neste momento, por exemplo, se foi ultrapassado o percentual de serviços de terceiros, um exemplo, com relação a pessoal: como é que fica o pagamento de pessoal? Como é que fica o pagamento de pessoal de terceiros? Etc, etc, etc. Fica

muito difícil essa discussão e ela acaba caindo no vazio, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Valdir Rossoni

O SR. NEIVO BERALDIN
Estou inscrito, senhor presidente, pela ordem, conforme Vossa Excelência disse.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Neivo Beraldin, já teve questão de ordem.

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. NEIVO BERALDIN
Senhor presidente, Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Valdir Rossoni, vamos dar, ainda, a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.
Deputado Neivo Beraldin, Vossa Excelência já falou três vezes pela ordem, mas lhe concedemos mais uma vez pela ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN
Participei, na verdade, de uma única audiência pública, no Município de São José dos Pinhais. O Executivo lá encaminhou à Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, esta analisou as contas, deu um parecer ao quadrimestre, depois a Câmara Municipal realizou uma audiência pública aonde qualquer cidadão, além de deputado ou vereador, como é o nosso caso, podia fazer pergunta para o prefeito diretamente, não para um representante seu.

Com todo o respeito que tenho pelo Doutor Salomão, não sei se a lei determina que tenha que ser o governador aqui, mas o fato é que deveria ter sido remetido à Comissão de Finanças da Assembléia e a mesma ter instrumentado os senhores deputados, sobretudo os deputados, já que a população dificilmente estará aqui podendo fazer pergunta, mas sobretudo quem tem a responsabilidade de fiscalização. E sobretudo quando se constata, senhor presidente, que no ano de 1999, só de resto a pagar em precatórios, o Estado deixou dois bilhões e oitocentos milhões de reais, empenhou duzentos e cinquenta reais e pagou vinte e um milhões, então isso está na boca do caixa. A dívida do Estado até 1999, a dívida negociada em médio, longo prazo, é de treze bilhões e trezentos milhões, e a dívida flutuante, segundo, a não ser que tenha aparecido dinheiro no caixa...

O SR. VALDIR ROSSONI
Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Neivo Beraldin, esta questão de ordem...

O SR. NEIVO BERALDIN
Eu apenas estou fazendo uma colocação para antecipar onde é que estaremos conversando, por exemplo: qual é o meu posicionamento? Da onde que o Estado conseguiu dinheiro para sanear o Banestado?

O SR. VALDIR ROSSONI
Senhor presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Neivo Beraldin, não é uma questão de ordem...

O SR. NEIVO BERALDIN
Não é uma questão de ordem, mas é uma constatação!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
É uma pergunta que Vossa Excelência fez e que depois poderá ser feita e fica o secretário para respondê-la.
Questão de ordem, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI
Agradeço a Vossa Excelência e como é um acontecimento que é uma novidade no Legislativo esta questão de Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma obrigação do Executivo a vir aqui fazer essa exposição, acredito que, primeiro, senhor presidente, devemos ouvir o secretário, depois devemos ter o direito de questioná-lo, até para que possamos nos aprofundar na questão que o trouxe aqui a esta Casa. Agora, se cada deputado pedir aqui uma questão de ordem, e querer fazer um relato do passado do quanto ficou devendo de precatórios, citar o exemplo de uma Prefeitura do Paraná, acho que não chegaremos a lugar nenhum. Esta ansiedade de fazer Oposição por Oposição, acredito que tem determinados momentos que prejudicam o funcionamento desta Casa. Então, senhor presidente, eu, como parlamentar, gostaria de ouvir o secretário para que depois eu pudesse questionar, eu gostaria que o Deputado Neivo Beraldin mantivesse a sua história, neste momento, com calma e serenidade, porque eu estou num aparte e mantive o meu respeito.

O SR. NEIVO BERALDIN
A histeria é própria do sudoeste.

O SR. VALDIR ROSSONI
É do sudoeste? Então mexeu com o Deputado Augustinho Zucchi e o deputado Ademar Traiano, porque eu sou do sul.

Então eu gostaria, senhor presidente, de fazer um pedido a todos os parlamentares. Até acho e acredito que por ser a primeira vez, deverá faltar documentos, não é faltar documentos, nós podemos xerocar documentos que estão em poder do secretário, para depois distribuí-los aos parlamentares para questionar o secretário.

Quero crer que todos estão imbutidos aqui do bom propósito de ouvir os esclarecimentos do secretário e depois esclarecer o que é que nós temos dúvida. Esta é a minha posição e por isso estou aqui, porque se nós ficarmos fazendo o discurso que já ouvi de um parlamentar, quero dizer a Vossa Excelência que não vou ouvir o senhor secretário e nem os questionamentos, senão, não vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós temos, pela ordem, ainda o Deputado Durval Amaral e posteriormente eu gostaria, encarecidamente, que nós pudéssemos ouvir o secretário, para que depois ele fosse questionado.

Nós vamos assegurar a palavra a Vossa Excelência, Deputado Nereu Moura, após a questão de ordem levantada pelo Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Efetivamente o que se pretende, com a exposição do Secretário Miguel Salomão, é cumprir um disposto, um dispositivo legal, e aliás, a Lei de Responsabilidade Fiscal já está plenamente satisfeita, tendo em vista que foi encaminhada a esta Assembléia Legislativa, às mãos do senhor presidente, a prestação de contas, cumprindo o disposto da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o prazo de sessenta dias, após a Sessão de Abertura do período legislativo, ou seja, exatamente dentro do prazo previsto e, ainda mais, a prestação de contas referente ao exercício de 2000 também já foi entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão. Então, todos os pressupostos foram cumpridos e o Secretário Miguel Salomão veio dando continuidade a esses requisitos, e sobre eles, fazer uma exposição à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É evidente que se essa documentação não se fez chegar até a mão dos senhores deputados, não é da responsabilidade do Secretário Miguel Salomão, com toda a certeza, e eu quero pedir a Vossa Excelência, não obstante todas as questões de ordem levantadas pelos deputados de Oposição, para que tenhamos paciência. Vamos primeiro ouvir com a cordialidade que a Casa deve receber os seus visitantes, após a exposição, até se for o entendimento da Mesa, que se abra um espaço para o contraditório, para os esclarecimentos, para as discussões, senão ficaremos levantando questões de ordem a tarde inteira e o Secretário Miguel Salomão sequer conseguirá expor aquilo a que se propôs a fazer nessa tarde, aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)

Senhor presidente, o Deputado Durval Amaral deu uma resposta que nós queríamos, então não é culpa do governo que nós, não tenhamos esses documentos em mãos como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. É culpa da Casa, é culpa da Assembléia, essa é uma resposta que nós gostaríamos de ouvir. Por outro lado, quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni, que nós não estamos aqui fazendo posição por oposição. Nós, em nenhum momento, faltamos com a educação com o secretário. Estamos questionando aqui, para que essa sessão tenha efetivamente resultado, que seja produtiva, que cumpra com o seu dever. Em momento algum nós faltamos aqui com o respeito e a educação; apenas queremos cumprir com o mandato, que o povo nos confiou.

O SR. VALDIR ROSSONI

E nem eu falei, deputado, que Vossa Excelência faltou com a educação.

O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)

Perfeito, não, Vossa Excelência não falou, Vossa Excelência falou que nós estávamos fazendo oposição por oposição. E eu quero dizer que nós queremos cumprir com o nosso dever funcional e, por outro lado, quero dizer ao Secretário Miguel Salomão que, se nós não temos os documentos em mãos, não é por culpa do governo, segundo a resposta do Deputado Durval Amaral, e sim, por problemas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós devolvemos a palavra ao nosso secretário, para que continue fazendo sua explanação, e posteriormente, os deputados poderão...

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, me desculpe, sou obrigado a pedir pela ordem, outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vossa Excelência perguntou três vezes...

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas Vossa Excelência como Presidente da Casa, a Mesa Diretiva, tem que dizer porque os deputados não receberam a prestação, para que eles possam acompanhar o raciocínio do secretário. Como é que eles vão fazer perguntas, sem ter nada em mãos?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós vamos deixar, Deputado Neivo Beraldin...

O SR. NEIVO BERARDIN

Não, sugiro que suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não vou suspender. Não consideramos a sua palavra.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para que se possa voltar mais tarde ou amanhã.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, gostaria de dar-lhe uma sugestão, para que o funcionamento desta Sessão corra com normalidade, que Vossa Excelência suspendesse por meia hora, o secretário nos entregaria a documentação que está em suas mãos, nós colocamos toda estrutura da Casa para xerocar esses documentos e distribuir aos senhores parlamentares, para que possamos reiniciar a Sessão.

O SR. NEREU MOURA

Ótimo, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

É uma sugestão boa do Deputado Rossoni.

Nós concordamos, deputado. Com elementos na mão, vamos ouvir o secretário, senão, não. Como Vossa Excelência mesmo falou.

O SR. NEREU MOURA

Boa idéia do Deputado Rossoni, senhor presidente, tem o nosso apoio.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, é lógico que esses documentos podem ser entregues aos deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só um pouquinho, deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deveria ter divulgado na Internet, tinha acessado, estava tudo resolvido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Será que tem coisas que não podem ser divulgadas, Deputado Rossoni?

O SR. VALDIR ROSSONI

Vamos deixar a sátira para amanhã.

O SR. IRINEU COLOMBO

Para a hora do recreio. É um governador moderno. Cadê a Internet?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos suspender a Sessão por uns cinco minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, acho que nós já estamos pagando o “vale feio” para o próprio secretário que aqui está e para as pessoas que estão assistindo esta Sessão.

O líder do Governo, Durval Amaral, falou há pouco, que já foi mandado para Casa, tanto o cumprimento do dispositivo, que fala que 60 dias após o final do exercício, se comunique à Casa o exercício anterior. Já foi mandado o primeiro quadrimestre e no entanto, não são palavras minhas, do Deputado Durval Amaral, a Executiva da Casa não passou para os parlamentares ainda.

Evidentemente, que em cinco minutos, ninguém vai entender rubricas e números de um balancete de quadrimestre.

O que recomenda, senhor presidente, nós e aí com pedido de escusas ao secretário, que está aqui, sem que tenhamos documentos em mãos.

É que Vossa Excelência suspenda esta Sessão, e que o secretário venha outro dia, após os deputados terem em mãos os balancetes. Senão, lamentavelmente, não vai dar certo, nós não vamos ficar aqui, para ouvir colocações unilaterais, sem dados para questionar.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, claro que a decisão é de Vossa Excelência, mas acho que a sugestão do Deputado Caíto Quintana é válida. Nós poderíamos suspender esta sessão, esta audiência pública, marcarmos uma nova data e com toda certeza, o secretário traria todas as informações, seriam distribuídas, até porque, já se encontram, inclusive disponibilizado na Internet essas informações...

O SR. IRINEU COLOMBO

Não está, deputado.

O SR. DURVAL AMARAL

Está, está disponibilizado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Acabei de acessar. Não está.

O SR. DURVAL AMARAL

Está disponibilizado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Não está. Vai dizer que estou mentindo?

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Irineu Colombo, deixa só concluir, depois...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A palavra está assegurada ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Inclusive, já estou pedindo à minha assessoria para que acesse o site na Internet para tirar essas informações, para que elas sejam retiradas e disponibilizadas, via mecânica, a todos os senhores e endereços.

Deputado Colombo, o endereço acabei de passar para a minha assessoria, posso lhe fornecer daqui há pouco, porque nesse exato momento, eles estão retirando na Internet.

Está disponibilizado, efetivamente, o site lhe forneço assim que tiver na minha mão a documentação.

Então fica Vossa Excelência para decidir sobre o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência quer informar aos senhores deputados, que nós vamos ouvir a explanação do secretário, alguns minutos, para ele possa fazer algum esclarecimento, já que todos nós deputados, isso é uma inovação que acontece no Brasil, que a Lei de Responsabilidade de... nós asseguramos a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

A maioria do Plenário concordou com o que o líder do Governo acaba de dizer. Convidar o senhor secretário para uma outra oportunidade, quando tivermos em mãos, pode ser amanhã ou 2ª feira, quando Vossa Excelência desejar, e o secretário fica resguardado.

Nada contra o secretário. Contra o procedimento dessa reunião, que não pode ter continuidade.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

ele tem prazo.

Pela Ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O Secretário Miguel Salomão, no início da sua explanação, foi absolutamente objetivo e muito claro ao elogiar a novidade da legislação que é de 99.

E ainda citou o "Acordo de Mastrich", impondo isso a países. significa o seguinte: o secretário sabe que isso é uma disposição legal.

A Assembléia Legislativa não pode descumprir essa disposição legal.

Se aquilo que deve estar subentendido, que haja a prestação de contas, em uma audiência pública, não estão dadas, é lógico que nós não podemos ouvir o secretário.

Porque não podemos fazer de conta que o secretário veio aqui e fez uma audiência pública, sobre a prestação de contas, das quais nós não temos conhecimento.

Nenhum deputado, nem o Deputado Valdir Rossoni, nem o Deputado Custódio, nenhum deputado tem esses dados em mãos.

Como é que vamos ter qualquer dado para fazer qualquer questionamento ao secretário?

O secretário sabe que isso é fundamental para que a lei seja cumprida.

Então, que Vossa Excelência cancele a sessão neste momento, aguarde-se um tempo, se as informações estão no site da Internet, nós aguardamos 15, 20 minutos, e depois começamos a conversar ou marcamos um outro dia, se a disposição legal nos possibilitar isso.

Se tem até o dia 31, e que Vossa Excelência determine que a reunião de amanhã seja única e exclusivamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Acabo de falar com o presidente, não poderia falar em nome da Comissão Executiva, porque não tinha real conhecimento.

Conversei com o presidente há poucos minutos, e ele informou-me que não recebemos nenhuma documentação. Então a Comissão Executiva não tinha o que distribuir aos senhores parlamentares.

Como bom senso é o que Vossa Excelência tem de sobra, acredito que Vossa Excelência deva suspender essa sessão, e marcar outra para amanhã e nós distribuiremos esses documentos para que os deputados possam acompanhar.

Peço-lhe isso, tenho certeza que vai contribuir, e muito, para o esclarecimento do Secretário Miguel Salomão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos suspender a sessão por 10 minutos.

(**É suspensa a sessão**)

Reiniciamos a nossa Sessão Ordinária e pública.

No entendimento de todas as lideranças partidárias, com assento nesta Casa, o Secretário Miguel Salomão fará o seu pronunciamento à Assembléia, a Mesa Executiva, mandará distribuir a todos os parlamentares e publicará, inclusive, os documentos recebidos. Na segunda-feira, o Secretário Miguel Salomão estará à disposição desta Casa, durante a sessão, para responder todos os questionamentos dos parlamentares.

Gostaríamos de informar, que recebemos a documentação da Secretaria de Finanças. Segundo informação do 1º Secretário, às onze horas, foi protocolado nesta Casa. Não tínhamos condições de fazer a comunicação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, sugiro a Vossa Excelência, ao Plenário e à Casa, de que, ouvir o Secretário Salomão apenas hoje, sem poder realizar a audiência pública, é redundante. Poderíamos transferir para segunda-feira a audiência pública, visto que o pronunciamento do secretário não terá validade de audiência pública, porque ela é apenas um pronunciamento do secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um entendimento das lideranças e vou colocar, por ser um democrata por excelência, esta nossa proposta: o secretário será ouvido hoje, representando audiência pública e, segunda-feira ele estará à disposição para ser questionado por todos os parlamentares.

O SR. VALDIR ROSSONI

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Acredito que também, para o bom exercício da Casa, para que Vossa Excelência possa fazer uso, dentro de uma hora, os deputados estarão em poder dos documentos, que a equipe já está trabalhando para xerocar toda a documentação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Recebemos o apelo de diversos deputados, no sentido que precisam estudar os documentos que estão recebendo. Uma hora só não seria possível para fazer todo esse estudo.

O SR. ALGACI TULIO

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Peço-lhe, para ter uma comprovação melhor de todo o plenário, que solicite às lideranças dos partidos, de que há uma concordância. A liderança do PTB concorda com a posição da Mesa, para que possamos dar a validade a esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos colocar em votação, porque é mais democrático do que só consultar as lideranças.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, antes do senhor colocar em votação, quero me manifestar - não sei se falo em nome da Bancada do PT, porque não os consultei -, que a princípio sou favorável. Que fique bem claro, que não estou aqui defendendo a minha posição pessoal e nem qualquer sentimento contra o secretário de Estado e nem contra o governo. É impossível que o Estado do Paraná, o Poder Executivo, protocole na Assembléia Legislativa, às onze horas da manhã, informações a respeito e uma exigência legal, de uma legislação que é boa para todos nós, e exija

dos deputados, da Assembléia Legislativa, que às duas horas da tarde, tomem conhecimento, para fazer qualquer arguição de informações tão relevantes, que o cumprimento de metas orçamentárias votadas por esta Casa e que foram enviadas, no ano passado, pelo governo do Estado. Que o secretário receba este voto de apoio, de confiança e de cordialidade, mas que isso nunca mais se repita porque nós não podemos descumprir a lei. E tenho certeza que o Secretário Salomão é um daqueles que têm toda paixão pela transparência, pela democracia e pela possibilidade de que a legislação hoje em vigor seja executada na íntegra.

Como é assim, que fique claro que esta foi a última vez e que nós, a Assembléia não permitiremos que isso aconteça de novo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência concorda plenamente com Vossa Excelência, e fará chegar ao Secretário das Finanças a nossa crítica por ter enviado somente hoje, às 11h00. O nosso Secretário Miguel Salomão não tem qualquer responsabilidade na entrega desses documentos à Assembléia Legislativa do Estado.

Concordamos plenamente com a sua posição.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a audiência pública vai começar hoje e vai terminar na segunda-feira, é essa a proposta que Vossa Excelência está,...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Confesso-lhe, nobre Deputado Nereu Moura, que não é possível regimentalmente fazer isso; nós fazemos hoje, consideramos o pronunciamento do Secretário Miguel Salomão como audiência pública, e ele tem o compromisso com esta Casa, com todos os senhores parlamentares de estar aqui segunda-feira, durante o tempo que for necessário na sessão, para responder todos os questionamentos dos senhores parlamentares.

O SR. NEREU MOURA

Quero deixar claro aqui em nome do PMDB, senhor presidente, que nós não estamos fazendo nenhum tipo de acordo com o governo, para livrar a cara do governo em relação a este problema. Apenas vamos compreender, vamos questioná-lo igualmente com os dados que nós possuímos, aquilo que nós pudermos fazer aqui para poder esclarecer a situação da gestão fiscal do Paraná, vamos fazer, vamos compreender, mas que fique claro que não estamos fazendo nenhum tipo de acordo para poder aliviar qualquer situação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Casa, nobre deputado, não está fazendo qualquer acordo com o governo, porque nós temos total independência e é sempre desta forma que estamos agindo e vamos agir.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Veja bem, senhor presidente, apenas gostaria de colocar aqui uma sugestão, eu não sei se é válida essa sugestão, gostaria de ser corrigido pelos colegas, nós argumentamos e é verídico isso de que não seria possível questionar o secretário, porque não temos os dados. Então, é um contra-senso questioná-lo nesta sessão. Está correto o encaminhamento de Vossa Excelência, e eu concordo, desde que fique estabelecido aqui na Casa o seguinte entendimento: o secretário faz a sua colocação, faz aqui o seu pronunciamento, e nós, por parte dos deputados não fizemos nenhum questionamento e ficamos reservadamente no direito de questioná-lo na segunda-feira, senão estaremos nos contradizendo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta proposta que Vossa Excelência está colocando é proposta nossa, que foi discutida com todas as lideranças.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Somente para na próxima segunda-feira que vem o ilustre Secretário Miguel Salomão responder, que Vossa Excelência também, numa outra oportunidade, trouxe até nós o Secretário da Fazenda, porque a culpa ficou na 1ª Secretaria, que recebeu às 11h00 da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A 1ª Secretaria da Casa não teve qualquer culpa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Então, publicamente, eu queria que Vossa Excelência dissesse isso, porque foi dito nesse plenário que teriam recebido os documentos e não teriam repassado a nós, deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não é verdade, foi protocolado às 11h00, segundo informação do Protocolo ao nosso Primeiro Secretário Valdir Rossoni.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, não quero me tornar chato, mas sendo chato pelo que eu vejo aqui, se me permite Vossa Excelência e o Plenário, eu não consigo entender as coisas, a lei determina, a Lei de Responsabilidade Fiscal dá um prazo para que o Executivo venha apresentar e fazer audiência pública. O que é uma audiência pública? É onde o representante do governo, os deputados então poderão perguntar, é o contraditório, é uma audiência pública. No momento, veja bem Vossa Excelência, senhor presidente, eu posso estar enganado aqui em relação a todos os deputados, pelo que vejo, mas no momento que Vossa Excelência aceita audiência pública do secretário e encerra a sessão, ela está concluída.

Então não vejo esta visão, não sei se estou absolutamente errado, mas acho o seguinte, a sessão foi aberta,

com a presença do representante do senhor governador para realizar a Audiência Pública. No momento que nós encerrarmos a audiência pública, o Estado cumpriu o seu dever.

Eu penso assim!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a sua questão de ordem. Conheço Vossa Excelência há muitos anos, sei do seu espírito democrático. Vamos colocar em discussão no Plenário, a decisão do Plenário é soberana. Espero que Vossa Excelência acate a decisão do Plenário.

Deputado Irineu Colombo, com a palavra.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Estou lendo aqui os artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal e há mais ou menos 45 dias atrás, havia anunciado aqui, quando protocolei um projeto de lei que disciplinava a prestação de contas e as audiências públicas, que nós estávamos de olho no último dia deste mês, no meu pronunciamento.

Estou observando o artigo 48 e subseqüentes, artigo 52, e dizem os artigos que teremos audiência pública.

Portanto, na audiência pública ouve-se, debate-se, baseados em dados e, também o artigo 55, e parágrafo segundo, diz o seguinte: "O relatório será publicado até 30 dias, após o encerramento do período que corresponder, o amplo acesso ao pública, inclusive, por meio eletrônico. E nós tivemos várias estatísticas de legislações, inclusive a própria Bancada do Governo, com relação ao meio eletrônico.

Sei que tem muitos deputados que não são afeitos, ao meio eletrônico, como eu sou. Mas, a legislação entendeu o espírito da rapidez e da economia na divulgação em dados em meio eletrônico, que é o caso da Internet.

Quero aqui concordar com o encaminhamento da Presidência e dizer que na verdade, secretário, o Governo do Estado, o Governo Jaime Lerner deveria ter tomado iniciativa, na medida em que se dispõe a fazer a audiência pública, disponibilizar, em meio eletrônico, imediatamente, no mesmo horário inclusive do protocolo, para que nós pudéssemos ter acesso.

Eu, por exemplo, chegaria aqui e falaria: Tive acesso e estou em condições de questionar.

Então, a culpa em tese, não é da Assembléia Legislativa. Quero fazer a homenagem ao Presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão, dizer que vamos concordar com esse encaminhamento, mas o meio econômico, para evitar papéis, prático e democrático e o meio eletrônico, do qual tenho costume de usar. E faço uso das minhas duas páginas na Internet, inclusive.

Mas, até agora quero informar ao líder do Governo, não está publicado. O que pede a Lei de Responsabilidade Fiscal no meio eletrônico, a não ser relatórios dos dois primeiros meses desse ano? O quadrimestre não está publicado. Não gostaria de ser desmentido aqui,

porque é um descumprimento da Lei. Está aqui, no artigo 65, § 2º, senhor presidente, e concordo com a Vossa Excelência pelo encaminhamento.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Nessa sessão então não serão formuladas perguntas ao secretário?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não, não seria formulado, porque segunda-feira nós faríamos uma sessão específica para isso.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Então, senhor presidente, não concordo com o encaminhamento da Mesa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Deputado Hermas Brandão, veja o problema que nós acabamos criando para nós mesmos. A legislação prevê a audiência pública diferente do modelo anterior, exatamente para que o Poder Executivo fique obrigado, perante a Assembléia, perante a comunidade, por ser uma audiência pública dar prazos para a publicação das metas cumpridas ou não, para que nesse prazo de 4 em 4 meses, possa ser aferido aquilo que foi executado ou não, pelo Poder Executivo.

Se nós hoje fizermos audiência pública, estamos na realidade convalidando algo contrário à lei. Por quê? Não foi publicado o segundo bimestre e as informações não chegaram para os deputados. Quiçá para a população, que teria o direito hoje, aqui, de uma audiência pública, de fazer uma pergunta ao secretário. Não é apenas para os deputados. Um cidadão qualquer poderia fazer uma pergunta, de alguma meta prevista na Mensagem Orçamentária e não cumprida, ou cumprida em parte, pelo Poder Executivo.

Entendo vossa vontade e comungo com ela. Mas acho que fica uma questão legal, do ponto de vista da legislação maior, que eu acho um risco, talvez, nós descumprirmos esta legislação maior. É um precedente muito grave, para nós da Assembléia e até para o próprio Poder Executivo!

Dou um exemplo. Ontem, na Prefeitura de Curitiba: o Prefeito Cássio Taniguchi numa audiência pública que já estava previamente marcada, compareceu à Câmara de Vereadores. Fez um demonstrativo das metas. Teve a humildade de confessar e expor, através de toda a documentação, de que metas previstas na área social, em diversas áreas, não foram cumpridas. E que prevê e demonstrou para os vereadores e para quem estava presente, que nos próximos bimestres tentaria repor este descumprimento que teve no seu cronograma, até o final do ano. A discussão aconteceu. Mas, aconteceu uma prestação de contas, de metas cumpridas e metas descumpridas! E os vereadores e a população, entidades sociais, sindicatos de professores, enfim, entidades presentes,

puderam questionar o prefeito. Então, de alguma forma, a legislação foi cumprida.

Acho que se nós fizermos isto hoje, a Assembléia Legislativa, nós, que temos a função constitucional de garantir a lei, estejamos talvez convalidando algo que não seja de interesse da legislação.

A minha sugestão é de que consultem o Doutor Miguel Salomão ou qualquer membro do governo, para que possamos convalidar a legislação federal. Amanhã de manhã faríamos uma sessão onde viria alguém do governo, se o Doutor Miguel Salomão não puder, e apresentaria contas, faríamos as arguições que cada deputado quisesse e pelo menos, dentro da lei, nós garantiríamos. E para os próximos momentos, evitaríamos que este tipo de coisa acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu, entendo, perfeitamente, a posição de Vossa Excelência, Deputado Vanhoni.

Confesso que realmente nós entramos, como diz o ditado, num “pacal de bico”, e temos que achar uma solução.

Acho que a solução que poderemos até buscar, se os nobres deputados assim entenderem, é que poderemos convalidar hoje, esta leitura dos dados pelo Secretário Miguel Salomão, e segunda-feira, não só os senhores deputados, mas nós transformaríamos em audiência pública, para questionar sobre as dúvidas que não só os senhores deputados tem, como também os representantes da sociedade.

Tem a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Quero concordar integralmente com este seu encaminhamento e até destacar que a presença do Secretário Miguel Salomão, no plenário desta Assembléia Legislativa seria plenamente dispensável.

A própria Lei de Responsabilidade Fiscal não diz que o secretário ou o representante do Governo deva comparecer ao plenário das Assembléias Legislativas para prestar esclarecimentos.

Ontem mesmo o Prefeito Cássio Taniguchi esteve na Câmara Municipal, não no plenário, mas num anexo da Prefeitura, prestando os esclarecimentos para os senhores vereadores. Inclusive a participação do Secretário Miguel Salomão poderia se dar, por exemplo, na Comissão de Tomada de Contas ou de uma audiência específica. E nós estamos tendo a oportunidade de ouvir o Professor Miguel Salomão no plenário da Casa.

E, com toda certeza, ele não estaria obrigado, em hipótese nenhuma, até porque não houve convocação para que ele viesse ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Então, encareço e reitero que seria importante para todos nós este encaminhamento dado pelo Presidente da Casa, ouvir o Secretário Miguel Salomão, que está se dispondo a voltar aqui na segunda-feira, e poderá fazê-lo,

aqui no plenário da Casa ou numa audiência específica para este fim.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Acho que nós estamos divagando. Uma hora entendemos uma coisa e de repente, já não entendemos mais nada.

Nós temos prazo, senhor presidente. até amanhã, dia 31! Podemos fazer essa audiência pública na sessão de amanhã cedo. Resolve toda essa problemática.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a discussão e essa audiência pública será amanhã, às 10 horas da manhã.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Quero levantar mais uma questão a esta Casa.

Senhores deputados, prestem atenção na Questão de Ordem que vou formular à Mesa.

O artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no § 4º, diz: “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre - em audiência pública, na Comissão referida no § 1º do artigo 166 da Constituição” O que diz esse artigo? ‘Caberá a uma Comissão Mista permanente de senadores e deputados, examinar e medir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas, anualmente, pelo Presidente da República’.

Senhor presidente, o que deve acontecer aqui, é o seguinte: deve ser formada uma comissão para emitir o parecer das contas apresentadas pelo governo. Uma comissão mista formada pelos deputados desta Casa, e nesta comissão é que deve se apresentar o governo e esta comissão é que fará a audiência pública, senhor presidente.

Olhando direitinho a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal é isso que nós temos que fazer para que a lei seja cumprida na sua plenitude.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Entendo que o Plenário é soberano. Está decidida a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Algaci Tulio, a Sessão Pública será amanhã, às 10 horas.

Agradecemos a presença do Secretário Miguel Salomão e entramos no Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PST, concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores.

Ocupamos o espaço da Liderança do PST para informar aos senhores deputados, a todos aqui presentes, que nós da Assembléia Legislativa, que representamos os anseios populares de todo o Estado do Paraná, temos tido, de um modo geral, um relaciona-

mento civilizado, respeitoso com todos os Secretários de Estado do Governo Jaime Lerner, em certos casos até, temos secretários que privamos da amizade, secretários inclusive, que freqüentam nossas casas. E é um trabalho a quatro mãos, porque é o Legislativo levando os pleitos de sua região, de suas lideranças, e o Executivo, através dos seus secretários, cumprindo as metas de governo.

Todos somos agentes sociais, todos somos pagos com os recursos advindos dos impostos pagos pelos cidadãos paranaenses.

Agora, estou aqui nesta tribuna, pela primeira vez, para falar, infelizmente, e denunciar a truculência de um Secretário de Estado que, infelizmente, tira o brilho do secretariado do nosso Estado.

Quero me referir à pessoa do Secretário da Saúde, doutor Armando Raggio, que demonstra a sua truculência já na entrada da sua secretaria, onde coloca uma catraca para que todos que lá chegam, sejam obrigados a serem identificados com documentos, com RG's, com CPF, carteira de trabalho e coisas mais. E se não se identificar, não passa pela catraca.

Temos de 23 a 25 secretarias, senhoras e senhores, e não temos nenhum ambiente onde se tenha uma catraca para fazer tal registro. Afinal de contas, nós sabemos que tem catraca só no Banco de Boston, porque, na verdade, se defende a segurança do dinheiro lá depositado. Agora, não acredito que na Secretaria da Saúde tenha dinheiro, porque as vezes em que eu lá estive, e foram poucas, só recebi “não”. Então, lá não tem dinheiro e não tem “sim”, também.

Então, senhores deputados, estou aqui fazendo um desabafo, porque hoje fui destrutado pelo senhor Secretário Armando Raggio. Apenas fui lá acompanhado da nossa Reitora da Universidade Estadual de Maringá, professora Neusa. E lá, no momento em que reclamávamos do secretário, da antipatia da chegada com aquela catraca e que mesmo indetificado como deputado não conseguimos entrar porque tínhamos que mostrar o RG. Falávamos, que já havíamos mostrado em ocasiões anteriores e que os números estavam lá registrados nos computadores e o homem da portaria não quis acessar o computador e exigiu o meu RG. Infelizmente, senhor presidente, passei por cima dos vasos de flores e entrei, porque como deputado, represento o Estado do Paraná e não posso ser cercado da minha liberdade. Eu estava a trabalho, não fui visitar o secretário pelos lindos olhos, mesmo porque não sei se ele tem definido a sua posição de secretário. Não quero discutir aqui a sua condição de homem ou não. Mas fui lá e ele me disse, quando reclamei da truculência daquela catraca: “a porta de entrada é a mesma da saída”. E eu disse a ele: “a sua falta de educação não vai me permitir que cumpra a audiência, em respeito à Reitora da Universidade Estadual de Maringá. E vim aqui para tratar assuntos da Universidade, mas quero dizer-lhe, o senhor é insolente e mal-educado. E ele me disse a mesma coisa. E ficamos mal-educado para lá e mal-educado para cá. Eu

falei: “vamos parar com esse negócio de mal-educado e vamos trabalhar.”

Agora, quero registrar aqui nesta Casa de Leis, nosso líder Durval Amaral, não é possível sermos humilhados, como o fomos na Secretaria da Saúde. Aquela Catraca vem tirar o brilho do governo Jaime Lerner, que é um governo democrático e sabemos que o Jaime Lerner dá espaço para críticas, como está tendo, aqui, e nós respeitamos a opinião do povo.

O Secretário Armando Raggio não respeita deputado quando visita a nossa região, não comunica aos deputados. Está aqui a nossa posição de repúdio a este secretário. E não voltaremos lá, enquanto não tirar aquela catraca.

Concedo aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

É um absurdo ouvir o seu desabafo da denúncia. Conheço a Secretaria da Saúde e sei que quem acessa à Secretaria da Saúde são as pessoas que têm alguma relação com o serviço de saúde do Paraná, seja bom ou seja ruim, mas que têm alguma relação. Não me parece que na Secretaria da Saúde, lá onde o Armando Raggio despacha, não é freqüente pessoas que sejam portadoras de qualquer doença no Estado do Paraná. Não me parece que a secretaria seja freqüentada, cotidianamente, por pessoa que tem qualquer problema real de saúde. Para isso as pessoas sabem que lá não é lugar próprio, para isso tem os hospitais, os postos de saúde. Lá é o lugar para despachar as questões relativas aos problemas estruturais da saúde no Estado do Paraná.

Então a catraca, na realidade, só justifica num prédio público como a Secretaria da Saúde, se tivesse o identificador de doença. O senhor viu se tinha identificador de doença?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Não, ali é para registrar a entrada das pessoas. Talvez o secretário esteja se preservando de algum ataque pessoal ou coisa parecida.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vou lhe dizer que muitas vezes a gente se engana e passa muito tempo da vida enganado, porque nem sempre se consegue perceber a realidade dos fatos. Quero dizer para o senhor que a catraca na portaria da Secretaria da Saúde é exatamente a expressão do governo Jaime Lerner. É assim que ele tem tratado o povo do Paraná.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Eu agradeço o pronunciamento inteligente do nobre Deputado Ângelo Vanhoni.

Quero dizer, senhor presidente, com muita tristeza, é duro um deputado ser humilhado por um secretário, porque nós fomos lá com a nossa reitora, falar justamente sobre um problema de saúde do Hospital Universitário de

Maringá, que deixa muito a desejar, e nos aconteceu tudo isso.

Então, como eu lhe disse, ia mandar o meu recado pela tribuna, porque aqui nós somos livres, como é livre o nosso povo para falar o que quer, para pensar o que quer, para votar em quem quer. Nós aqui estamos dizendo que vamos continuar sendo assim, de acordo com a nossa consciência, e não aceitamos que coloquem “mata-burros”, que coloquem empecilhos, porque na Casa do Povo quem manda é o povo e a porta sempre deve estar aberta. Essa é a prova de respeito que se deve dar ao povo do Paraná, viu, Secretário Armando Raggio!

Retire essa catraca daí, seu secretário!

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Horário das Lideranças: PSL; PPS; PT.
(Declinam)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, o Deputado Divanir Braz Palma, me perdoe a franqueza, na verdade, não faz pronunciamento, faz um desabafo.

Eu não sei qual é a razão que tem lá uma catraca. Mas, veja bem, senhor presidente, acho que é uma posição da Presidência da Assembléia Legislativa, com relação a um deputado desta Casa que vai até a Secretaria da Saúde, seja ele de Oposição, de Situação, do que quer que seja, não pode um membro desta Casa passar por tamanha humilhação. Até por que quando o Secretário Armando Raggio veio aqui sempre foi muito bem recebido.

A minha questão de ordem é sugerindo a Vossa Excelência que, como presidente desta sessão, ouvindo a reclamação do Deputado Braz Palma, a quem eu quero ser solidário, que me coloque na posição que ele estava, quem sabe eu não teria arrancado aquelas flores, e que me perdoassem os ecologistas, gostaria de pedir a Vossa Excelência que entrasse em contato com o Secretário Armando Raggio, e quando da identificação do parlamentar na portaria da Secretaria da Saúde, o permitissem entrar sem nenhum constrangimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós conversamos agora com o 1º Secretário, Deputado Valdir Rossoni; embora estejamos na Presidência, o presidente na verdade é o Deputado Hermas Brandão. Mas nós, no término da sessão ligaremos imediatamente para a Secretaria da Saúde e comunicaremos também a Casa Civil para que todos os deputados não precisem se identificar em qualquer secretaria.

Nós queremos lembrar às galerias, a Assembléia Legislativa recebe todas as pessoas do Estado do Paraná com o máximo prazer. Só gostaríamos que as galerias não se manifestassem, é regimental, nem a favor, nem contra, por gentileza.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, lamento que as galerias tenham tomado essa atitude após o seu pronunciamento.

Sobretudo, senhor presidente, eu quero fazer uma constatação. A cada dia que passa, os deputados estaduais do Paraná estão ganhando com certeza alguns pontos no conceito junto à opinião pública, porque se verificamos os fatos, estamos assistindo, na verdade, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem mudado e muito, para melhor. Cada vez mais eficiente, mais competente e estão a dever, o Poder Executivo e outros poderes. Porque estamos fazendo um trabalho que reputo de evolução, inclusive, o caso do nosso companheiro e colega Divanir Braz Palma, isso é absurdo, daqui a pouco do jeito que a imprensa mancha facilmente a vida dos políticos, qualquer um vai dizer assim: “Deputado, Vossa Excelência não vai entrar aqui”.

Senhor presidente, para concluir, manifesto-me em solidariedade ao Divanir Braz Palma, porque isso não pode acontecer no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós já comunicamos aos senhores deputados os procedimentos, que a Mesa vai adotar.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não pela ordem. Senhor presidente, para que sejamos conseqüentes com o posicionamento da Assembléia, através da Mesa Executiva, fico imaginando um cidadão qualquer que vai à Secretaria da Saúde e deseja falar com alguém e não porta documentos. Fazer um controle de acesso nos bens públicos é algo perfeitamente normal, mas se exigir que só entre se estiver com a carteira de identificação, com o CPF ou com o título de eleitor, para o cidadão comum é uma excrescência, um ato profundamente antidemocrático.

Então, solicito a Vossa Excelência que oriente o Chefe da Casa Civil, Secretário Armando Raggio para que retire as catracas e faça o controle de acesso como vem sendo feito nos prédios públicos há mais de trinta anos e que não precisa, porque não tem nenhum fato concreto de roubo, de qualquer coisa nesse sentido, que tenha prejudicado a Secretaria da Saúde. A não ser que o secretário exponha as suas razões, mas que tenha essa exigência peremptória, de que tenha que portar um documento para ter acesso a um prédio público. Porque senão: nós somos deputados, somos representantes do povo, mas não se trata de construir privilégios para nenhum deputado. Nós devemos ter os mesmos direitos que a população do nosso Estado tem.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PDT. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O Deputado Braz Palma tem nas mãos a resposta que deve dar ao Secretário Armando Raggio, mais precisamente da posição deste Plenário. Se Vossa Excelência quiser dar um “ponta pé no traseiro” do secretário da Saúde, vote conosco contra o Projeto nº 411, que vai ser aprovado nesta Casa. A maioria está sendo tratada a “ponta pé” e vota com o governo. A única arma que temos, e que tem o deputado nesta Casa, além do discurso, é o seu voto. Deputado, vote contra o Armando Raggio, votando com os professores e os funcionários públicos do Estado. Essa é a resposta. Não precisa discurso, não precisa nada. A catraca vai cair no ano 2002, quando elegermos para o Governo do Estado uma pessoa que se identifique com a família paranaense e escolha secretários que realmente vão ao encontro dos anseios de todos nós. A catraca tem dias contados, mas esta Casa, senhores deputados, volto a insistir, fomos eleitos por votos da família paranaense. A família paranaense é assistida por servidores públicos estaduais seja em qualquer função, seja o policial militar, seja o policial civil, seja o professor ou a professora, seja aquele homem que empresta na Secretaria da Agricultura os seus conhecimentos técnicos ou aquele que aplica as mudas emprestando-nos o sentido da agricultura, seja, enfim, na área da saúde, seja em qualquer área do governo, esta família nos empresta a condição de que o Paraná é o exemplo nacional de todas as administrações que aí passaram.

E este atual governo, que está no fim, que não tem mais luz, está igual ao apagão nacional da eletricidade, não tem mais luminosidade nenhuma, foi um Cabo Canaveral que lançou tudo que é projeto, mas não chegou a fim nenhum. Ali toda semana é lançado um projeto, a imprensa divulga estardalhaço, o que ele fez mais especificamente, Caíto Quintana, na área da educação? Criou um Faxinal que não é do Céu, que é o Faxinal do Inferno do salário dos professores do Paraná.

Faxinal do Inferno, caro governador, e a bancada governista tem agora a oportunidade de dar a esse governo o troco que ele merece.

O governo precisa respeitar os senhores deputados.

Quero tão somente senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, que o nosso voto seja contra a mensagem.

Acredito que o ilustre Deputado Braz Palma também vai votar com a família do Paraná depois desse tratamento desigual, desumano e nós vamos somar, a maioria nesta Casa, a favor da família paranaense. Tenho a certeza, vamos juntos e ganharemos. Braz Palma é mais um voto a favor da família do servidor público do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário das Lideranças: PT .

(Declina)

PPB.

(Declina)

PMDB.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Solicito a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero apenas lamentar a atitude dos deputados do governo que esvaziaram o plenário, porque nós íamos colocar questões atinentes à matéria, sem nenhuma discussão e no momento da votação, não poderia o Deputado Durval Amaral, esvaziá-lo, mas permitir que discutíssemos os assuntos amplamente como tem ocorrido aqui nesta Casa, de forma que quero lamentar, senhor presidente, que a Casa tenha sido esvaziada a fim de que não possamos usar da palavra para discutir os demais assuntos tão importantes que fazem parte da pauta dos trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua com a palavra o Primeiro Secretário para a chamada dos deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, verificação de quorum, não há número legal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua a chamada. Vamos esperar terminar a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Basílio Zanusso**)

Vinte senhores deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há quorum para continuidade e prosseguimento da sessão.

Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, possuímos hoje na pauta dos trabalhos, 21 projetos para serem analisados, projetos dos mais interessantes e expressivos para o Paraná.

Mas, quero destacar dois, entre todos, que na nossa avaliação merecem uma análise mais profunda. O item dois da pauta, dispõe sobre admissão, para emprego público na administração direta e autárquica; mensagem do governo que visa alterar as atuais normas para admitir pessoas apenas pelo Regime CLT.

E o item 21 da pauta, que trata da Mensagem Governamental nº 11/2001, através da qual até o dia 31 de dezembro do ano de 2002, juntamente com a vice-governadora, Emília Sales Belinati.

Senhor presidente, o que diz a Constituição do Paraná no seu artigo 54, parágrafo 10:

Compete privativamente à Assembléia Legislativa do Paraná, conceder licença e autorizar o governador e a vice-governadora, a se ausentarem do País por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a 15 dias.

O que diz o Artigo 122, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná:

A Assembléia exerce a sua função legislativa, por via de projetos de lei, de resoluções ou de decreto legislativo.

Parágrafo 12 - Inciso 1º - Autorização para o governador e o vice-governador se afastarem do País, por qualquer tempo ou do Estado, por mais de 15 dias...

Esse projeto, senhor presidente, é inconstitucional, porque o governador Jaime Lerner, que já fez 39 viagens ao estrangeiro, ao exterior, que já permaneceu mais de 300 dias em viagens pelo mundo, agora quer carta branca nesta Casa? Agora quer um cheque em branco deste Poder, para que possa viajar até o dia 31 de dezembro? Portanto, último dia do seu governo se ele ficar governador, para onde quiser, sem mais autorização da Assembléia Legislativa. Ele e a vice-governadora.

É flagrantemente inconstitucional esta proposta porque o governador e a vice-governadora, precisam mandar para a Assembléia Legislativa, um pedido de autorização para cada viagem que queiram fazer ao estrangeiro.

Por que quer o governador Jaime Lerner um cheque em branco?

Qual é o objetivo, senhor presidente e senhores deputados, desta idéia do governador, se esta Casa poderá sempre, como foi até agora, analisar cada processo, cada viagem do governador?

Diz a legislação, diz um pressuposto básico do Poder Público, senhor presidente, que devem ter os atos, a legalidade, a transparência e a publicidade. Esses 3 tópicos devem gerar e gerir os atos públicos.

Se há de ter legalidade, transparência e publicidade, por que o governador quer autorização desta Casa, permanente, "um cheque em branco", para que ele possa se deslocar para onde quer que seja, sem que a Assembléia Legislativa do Paraná tenha que lhe dar autorização?

Não concordamos, porque esta é uma proposta inconstitucional, imoral, ilegal, e não atende aos interesses do povo do Paraná!

Nós queremos saber para onde o governador irá viajar, e à custa de quem ele está viajando, se é à custa do povo do Paraná!

Por isso, senhor presidente, o PMDB vai votar contra esta proposta, porque achamos que tem que ter as coisas claras e transparentes, e acima de tudo, tem que obedecer o que está escrito na Bíblia.

E a Bíblia para nós que fazemos leis, é a Constituição, é a Lei maior, é a Carta Superior que deve ser obedecida por qualquer pessoa, especialmente por qualquer agente público que deve respeitar a lei que é a Constituição do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, posso usar o horário do PT?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedemos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente Elio Rusch, agradeço a cessão do horário.

Queria dizer ao Deputado Divanir Braz Palma, que já não se encontra mais no plenário, talvez já esteja fazendo o processo de transição.

Experimentei essa “catraca”. Aliás uma catraca péssima, Deputado Zuk. Você passa o cartão e ela não funciona. Acho que contrataram “uma empresa que não estava muito bem das pernas” então dá nisso essa modernidade.

Trato aqui, senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, do Projeto de Lei nº 411.

Este projeto de lei, que estaremos analisando nesta sessão a sua constitucionalidade, vamos votar contra, porque ele é absolutamente inconstitucional.

Fere a Emenda 20, da Constituição Federal, que trata da demissão de funcionalismo público, primeiro por uma necessidade de redução de gastos, na medida em que o governo informa à sociedade quais são os seus esforços para diminuir o custo da máquina, e depois disso a Constituição diz: Você pode começar a demitir funcionários.

Primeiros a serem demitidos, depois de um esforço fiscal, aumentar a Receita, parar de contratar veículos de comunicação para fazer propaganda e assim por diante. Depois disso, os primeiros funcionários que devem ser eliminados, para ter uma flexibilidade, são os cargos em comissão. O governo Jaime Lerner, quando assumiu em 95, criou em torno de 700 novos cargos em comissão, chamados de assessoramento superior, com salários mais altos. Até hoje não tivemos nenhuma informação que algum deles foi demitido. Pelo contrário, tivemos aqui a denúncia de que os inspetores de educação, cargos que não se usavam mais - cargos que foram ocupados por esse governo - inchando ainda mais a máquina pública, com os cargos em comissão. Não há nenhum procedimento do governo nesse sentido.

O governo teria que adotar uma postura, primeiro, de demonstração clara que precisa da flexibilidade, segundo a Constituição, a Emenda 20, mandar também embora os funcionários não estáveis. Isso, o governo não está fazendo.

O governo do Estado do Paraná teria que ter uma preocupação, com os funcionários públicos do Estado, na medida que, quando eles ingressam no serviço, passam por um concurso público, sendo testados no seu conhecimento e nos seus títulos. Dever-se-ia se

fazer um esforço, fazendo uma avaliação séria do serviço público, mas não o faz. Fazer uma avaliação séria do serviço público, mas não o faz. Fazer uma avaliação muito simplória, de acordo com os interesses, para não deixar o funcionário avançar, etc. Não há uma avaliação que interesse à sociedade e que também interessaria aos funcionários públicos. Porque acredito que aqueles funcionários públicos decentes, trabalhadores, cumpridores de suas funções, gostariam de uma avaliação rigorosa, porque só assim teriam a possibilidade de provar para a sociedade que funcionário público não é peso para o Poder Público do Estado do Paraná.

Queremos que os professores, sobretudo, e demais funcionários públicos, quando entram no serviço público, tenham a segurança no trabalho, segurança familiar e segurança financeira. Ele vai dar aulas e terá a segurança, que poderá preparar uma boa aula, exercendo com presteza aquele serviço e que será reconhecido na sua carreira e estará tranquilo em relação ao seu salário, tendo a segurança que chegará no dia 31 de dezembro, tirará as suas férias e voltará no mesmo emprego. Isso faz com que ele se dedique à instituição na qual ele está ligado. Ele vai participando na quermesse, na feira do livro, fazendo todo o esforço para que a escola fique bonita, porque lá é o lugar do seu trabalho, o seu segundo lar.

O que acontece com o Governo do Estado do Paraná? Tem uma empresa chamada Paraná Educação, que contrata, demite, manda, faz o que quer, proíbe as pessoas de se manifestarem politicamente. E aí há uma insegurança total.

Os servidores públicos do Estado do Paraná não têm a mínima vontade de se dedicar ao Estado, porque este não lhe dá o respeito. Uma lei dessa é mais um motivo - se formos governo, um dia, não vamos dar o céu aos funcionários públicos, mas vamos tratá-los com dignidade. Vamos dar segurança e estabilidade funcional. Em todas as administrações do PT temos dado estabilidade, fazendo a avaliação de desempenho. Temos dado reposição salarial e, sobretudo, discutido com a classe. É assim nas nossas prefeituras e está sendo no nosso governo. Enfrentamos também greve, nós, do PT, em nossas administrações municipais e estaduais. Mas esse não é o problema porque nós tratamos com absoluta dignidade e com transparência dos documentos, a situação financeira do Estado, estabelecemos um diálogo com o setor do funcionalismo público, firmamos várias vezes pacto e o serviço tem melhorado, e a segurança da classe dos funcionários públicos tem melhorado.

Então, nós queremos aqui repudiar esse projeto porque ele traz insegurança, e além do mais o governo Lerner está chegando ao fim.

Que o governo Lerner deixe a gente apresentar a nossa proposta e começar desde já a pensar, a administrar e salvar o Paraná.

A Sra. Luciana Rafagnin

Gostaria só de acrescentar, Deputado Colombo, que este projeto deixa também uma dúvida sobre a qualidade dos serviços prestados porque devido à rotatividade que vai acontecer, como é que vamos ter certeza do bom desempenho, porque quando há muita rotatividade geralmente a pessoa que assume vai ficar devendo porque a partir do momento em que ela está realmente profissional para desempenhar o seu papel, ela fica simplesmente à mercê do governo ou dos governantes.

Então, isso significa também um atraso no papel, ou seja no desempenho ao atendimento público.

Gostaria de dizer também, Deputado Colombo, que acaba realmente com o quadro do magistério, isso é um crime para o Paraná, além de representar um retrocesso na luta e nas conquistas dos trabalhadores.

O SR. IRINEU COLOMBO

Queremos aqui manifestar a nossa contrariedade.

É inconstitucional o projeto de lei, administrativamente é um erro que o governo vem cometer, é um erro de dizermos aqui, senhor presidente, que esta Casa quando precisou fazer os ajustes dos funcionários, nós mandamos embora os nossos funcionários contratados CLT que não eram estáveis.

O governo antes de aprovar este projeto, primeiro comece a demissão dos cargos em comissão, depois os não estáveis porque não são absolutamente necessários para o governo do Estado, e depois disso podemos discutir alternativas, mas ao governo também, resta uma saída, de fazer o pacto pelo progresso do Paraná, com os servidores públicos, que tem dado demonstração cabal de que suportam baixos salários e mantém o Estado funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança da Oposição, Deputado Waldyr Pugliesi.

Esta presidência solicita novamente à galeria, que é um prazer muito grande, mas que se mantenham por gentileza, em silêncio, por favor.

Está assegurada a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Vi agora há pouco, desabafo do Deputado Divanir Braz Palma e lamento que ele não esteja neste momento no plenário porque vou fazer algumas referências àquilo que ele pronunciou aqui.

O deputado se sente extremamente ofendido porque, se dirigindo a uma Secretaria do Governo do Estado, foi tratado da mesma maneira que todos os que não possuem mandato são tratados.

Eu acho que o deputado, no seu entendimento cometeu um erro, porque ele falou da catraca que o

governo do Estado, através do seu secretário, colocou na Secretaria da Saúde.

Mas ele não se lembra da catraca que o governo do Estado colocou na rodovia impedindo que os trabalhadores rurais chegassem a Curitiba. A catraca do governo naquele momento, senhor presidente, estava muito bem solidificada, porque helicópteros, estavam defendendo a catraca do Governo do Estado, lá na estrada.

Helicóptero, cães policiais, militares, aquela foi a grande catraca que o governo lá colocou, o governo colocou outra catraca aqui em torno do Palácio Iguaçu. Ele e o seu companheiro da Prefeitura de Curitiba, impedindo que o povo pudesse, na praça, se manifestar, em relação a tudo aquilo que bem entendesse o povo, fosse possível de fazer manifestação.

São as catracas do neoliberalismo, do governo distanciado do povo.

Esse Projeto de Lei nº 411, que esta Assembléia deveria rejeitar e espero que rejeite, é uma catraca impedindo que os direitos dos professores sejam atingidos.

A grande catraca também que esse governo tentou colocar aqui senhor presidente, tentando impedir, como continua tentando, que o povo chegue aqui na Assembléia, através de milhares e milhares de assinaturas para fazer valer uma iniciativa constitucional, que é o projeto de iniciativa popular.

Dessas catracas antidemocráticas, inibidoras dos direitos que os cidadãos tem, ninguém fala nada, a não ser nós da Oposição.

O Deputado Divanir Braz Palma cometeu um engano, sim. Gostaria de ver o desabafo dele, a insatisfação dele em relação às grandes catracas que estão aí colocadas pelo Governo do Paraná.

Essa do projeto de iniciativa popular é tão grande ou maior mesmo do que aquela que nos fomos repudiar ainda outro dia, quando milhares e milhares de paranaense se reuniram lá adiante, de um projeto do maior arquiteto que o Brasil já teve, em toda a sua história, Oscar Niemeyer, quando concretizamos para a eternidade o nosso repúdio, a violência contra aqueles que querem terra para plantar, comida na mesa da sua família.

Está lá, arco de rebeldia erguido pelo povo, através da genialidade de um dos seus filhos mais ilustres, para deixar para toda a história a lembrança de que ali se colocou uma grande catraca que levou ao assassinato do Antonio Tavares, que está imortalizado, pela organização e pela mobilização popular.

Falei ontem aqui, não existe solução nos regimes antidemocráticos, naqueles que se distanciam do povo, a não ser na organização e na mobilização populares.

Senhor presidente, falaríamos aqui também do pedido que o governador está fazendo para que a Assembléia lhe dê passe livre sem catracas para viajar para onde quiser, quando quiser, até o fim do ano que vem.

Nós poderíamos falar muito a respeito desse Projeto nº 411, mas quero deixar aqui nos Anais da Assembléia, palavras sintéticas, que definem bem aquilo que pensamos a respeito desse projeto de lei.

Essa posição foi escrita pelo Professor Romeu Gomes de Miranda: “O anteprojeto em questão é mais um ataque aos direitos de conquistas dos educadores, uma vez que se aprovado estará quebrando um dos alicerces de uma educação pública de qualidade, ou seja, o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos no quadro próprio do magistério, garantia de uma carreira estruturada, para uma categoria responsável pela preparação dos cidadãos de hoje e de amanhã.”

Nenhuma palavra precisará ser acrescentada a este texto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o Horário do Expediente.

Concedemos, pela ordem, a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, fui informado de que a sessão não tem quórum para votação, que não votássemos hoje o Projeto de Emenda Constitucional por causa do quórum qualificado que exige.

E, no dia que voltar à Ordem do Dia, farei encaminhamento para expor aos nobres deputados que o referido projeto visa, principalmente, garantir os 2/3 de indicação do Tribunal de Contas para a Assembléia Legislativa, porque há uma diferença entre nove ministros federais e sete conselheiros estaduais. Portanto, nesta divisão de 2/3, aqui na Assembléia Legislativa alguém perderá uma indicação. E espero que não seja o Legislativo, que é exatamente o órgão para o qual existe o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar.

Mas, na terça-feira estarei encaminhando melhor esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Feita a verificação de quórum antes e notando a presença dos mesmos deputados, não temos quórum para deliberar.

Antes de encerrarmos a sessão, queremos lembrar aos senhores deputados que amanhã teremos uma Sessão Especial, às 10h00, com a presença do Secretário Miguel Salomão e todos os deputados também têm recebido um convite.

Esta Mesa lembra aos deputados que amanhã temos um almoço também na Renault, onde todos os deputados estão convidados. Teremos na Assembléia um ônibus que irá conduzir os senhores deputados até a indústria.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1656, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2001.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 459/98; 019, 050/2000; 083/2001; e do Projeto de Resolução nº 010/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 143/97; 390 e 652/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 156, 205, 311, 457, 471, 484, 635/99; 391/2000; 188 e 189/2001.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2001.

Levanta-se a sessão.

Pedidos de Adesão:

PEDIDO DE ADESÃO

CINTHIA SETOGUTE, matrícula 40098, residente em Curitiba, PR, CPF nº 641.360.199-04, telefone nº 223-0882, data de nascimento: 27.04.66.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de N. 061.

Curitiba, 09.05.2001.

(a) CINTHIA SETOGUTE

PEDIDO DE ADESÃO

EMILISA CURI DE MACEDO, matrícula 40573, residente a Rua Comendador Macedo, 335 - Ap. 01, Centro, Curitiba, PR, CEP 80060-030, com remuneração mensal estimada R\$830,00, CPF nº 558.467.429-04, telefone nº 264-4293, data de nascimento: 21.11.1958.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de N. E04.

Curitiba, 22.05.2001.

(a) EMILISA CURI DE MACEDO

PEDIDO DE ADESÃO

SILVANA SPONHOLZ MOREIRA, matrícula 40847, residente a Avenida Anita Garibaldi, 964, Ap.

501-A, Bairro Cabral, Curitiba, PR, CEP 80540-180, com remuneração mensal estimada R\$694,37, CPF nº 537.938.549-49, telefone nº 254-5250, data de nascimento: 09.02.1968.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de E06.

Curitiba, 22.05.2001.

(a) SILVANA SPONHOLZ MOREIRA